

# ACM critica sensacionalismo da Comissão dos Precatórios

*Requião reage e nega que depoentes sejam tratados como réus*

O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), criticou ontem o "sensacionalismo" que, segundo ele, está sendo feito em relação à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Precatórios, "tanto da parte dos senadores quanto da mídia". Magalhães disse considerar seu dever como presidente da Casa fazer "ponderações" sobre a forma como têm sido realizados os trabalhos de tomada de depoimentos pela CPI. O senador baiano reafirmou que seu objetivo, com as críticas que tem feito à Comissão, é o de garantir o sucesso dos trabalhos da CPI. "É preciso evitar que um advogado mais esperto possa vir, depois, a invalidar todo o trabalho feito."

Antônio Carlos Magalhães reiterou também que "a CPI não vai acabar em pizza" e que é para evitar esse tipo de frustração que ele está fazendo "ponderações" ao trabalho dos senadores e da imprensa. "A CPI já descobriu fatos graves que o Banco Central tinha obrigação de fiscalizar e não fiscalizou", alfinetou o presidente do Senado. Ele reafirmou ainda que "qualquer senador", inclusive os que relataram os pedidos de emissões de títulos públicos por estados e municípios, podem ser investigados, "desde que isso não ocorra de forma leviana".

**Roubalheira** - Em resposta às críticas do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, o relator da CPI dos Precatórios, senador Roberto Requião (PMDB-PR), disse que "sensacional é a roubalheira que esse pessoal - os respon-

sáveis por instituições financeiras envolvidas no escândalo dos títulos - fez com o dinheiro público". ACM acusa os senadores da CPI e a imprensa de "sensacionalismo".

Requião negou que os senadores estejam tratando os depoentes como réus, não como testemunhas. Segundo o relator, todos os que comparecem à CPI para depor são testemunhas, exce-

to se for um parlamentar. "Não espere de mim que convido para tomar um lanche em minha casa um sujeito que recebe R\$ 9 milhões e diz não saber de onde veio o dinheiro", disse Requião, se defendendo da acusação de ter tratado como criminoso o diretor da Boa Safra Distribuidora de Títulos e Valores, Fausto Solano, quando em depoimento ele confessou ter recebido

um cheque de R\$ 9 milhões.

Requião rejeitou também as críticas de Magalhães ao fato de ter se reunido reservadamente com o diretor do Banco Votor, Fábio Nahoum, e com o senador José Serra (PSDB-SP) na presença de dois jornalistas: "Tenho o direito de manter conversas privadas com quem quiser, na condição de cidadão, de senador ou de relator da CPI".

## Governador faz críticas a Maluf

**São Paulo** - As declarações do ex-prefeito Paulo Maluf são uma forma de desviar a atenção das investigações sobre São Paulo a respeito de irregularidades nas operações com títulos públicos, avaliou ontem o governador de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira (PMDB). Ele rebateu Maluf dizendo que se há alguma evidência de irregularidade ela está na capital paulista. "O que a CPI tem de concreto em termos de vinculação, documentos e recibo é de São Paulo", afirmou o governador, se referindo ao recibo de aluguel de um carro usado pela mulher do prefeito Celso Pitta, Nicéa, e pago pelo Banco Votor. "As

declarações de Maluf se opõem à realidade", disse Paulo Afonso.

Em entrevista em Paris, Paulo Maluf inocentou Pitta nas operações com títulos públicos e disse que atos desonestos ocorreram nos estados de Santa Catarina, Pernambuco e Alagoas. Todos pagaram comissão de 5,5% ao Banco Votor para que fizesse os processos de emissão dos papéis. Maluf chamou de "pornográficos" os lucros obtidos na venda dos títulos emitidos para o pagamento de precatórios. De acordo com Paulo Afonso, a contratação do Banco Votor foi normal. "O que o Votor fez com o dinheiro é problema dele", afirmou o governador.

## Ramos nega contato com ex-prefeito

**São Paulo** - O ex-coordenador da dívida pública de São Paulo, Wagner Baptista Ramos, negou ontem, através de seu advogado, Márcio Thomaz Bastos, as informações de que mantinha contato direto com o ex-prefeito Paulo Maluf. Em nota enviada à imprensa, Ramos garantiu que nunca se reuniu ou manteve conversações telefônicas com Maluf e que todas as despesas da cirurgia de transplante renal a qual foi submetido em 1994 foram pagas por seu convênio médico e não por Maluf.

Principal acusado no escândalo dos precatórios, Wagner Ramos afir-

mou ainda que Maluf nunca lhe emprestou um jato executivo. As informações de que Ramos e Maluf mantinham ligações estreitas foram dadas por Fábio Nahoum, dono do Banco Votor, em depoimento informal e a portas fechadas aos integrantes da CPI dos Precatórios.

Ontem, a Prefeitura de São Paulo afirmou desconhecer a existência da linha 220-2511 no Palácio das Indústrias. O número foi citado pela CPI dos Precatórios como sendo o do gabinete do então prefeito Paulo Maluf e que teria sido usado por diretores do Banco Votor para falar com Maluf.

BATE-BOCA			
 <p>Geraldo Magela</p> <p><i>"É preciso evitar que um advogado mais esperto possa vir, depois, a invalidar todo trabalho feito".</i></p> <p><b>Senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA)</b></p>	 <p>Geraldo Magela</p> <p><i>"Sensacional é a roubalheira que esse pessoal (responsáveis por instituições financeiras) fez com o dinheiro público".</i></p> <p><b>Senador Roberto Requião (PMDB-PR)</b></p>	 <p>Alan Marques</p> <p><i>"Nas operações com títulos, atos desonestos ocorreram nos estados de Santa Catarina, Pernambuco e Alagoas".</i></p> <p><b>Paulo Maluf</b> Ex-prefeito de São Paulo</p>	 <p>Arquivo</p> <p><i>"Maluf quer desviar a atenção das investigações sobre São Paulo a respeito das irregularidades com títulos públicos".</i></p> <p><b>Governador Paulo Afonso</b> de Santa Catarina</p>